

O Imbróglio Europeu

Por Mário Soares

Fui um convicto partidário do sim ao Tratado Constitucional Europeu. Não que achasse a Constituição perfeita. Não há constituições perfeitas. Mas achava-a um passo em frente decisivo no processo da construção europeia para uma forma original de federalismo - a União - de que sempre fui entusiástico defensor. Por duas vezes fui a França para participar na Campanha interna socialista, em favor do sim e, depois, na campanha do referendo, que se realizou em 29 de Maio último, com os resultados que são conhecidos.

Seguiu-se o referendo holandês com resultados ainda mais negativos, como era de esperar. E agora? Eis a pergunta que preocupa todos os europeus, tanto os partidários do sim (perdedores) como os do não (vencedores). O reino Unido, com o pragmatismo que lhe é peculiar, resolveu adiar sine die o referendo sobre o Tratado Constitucional Europeu. O que foi interpretado, a meu ver bem, como uma nova machadada na Constituição.

Por mais determinados que se mostrem em prosseguir o caminho, as instâncias comunitárias de Bruxelas, principalmente a Comissão, não podem disfarçar a sua imensa incomodidade. Aparentemente, volta-se ao Tratado de Nice, que todos reconhecem ser um mau Tratado: caracterizou-se pelo adiamento institucional e pelo alargamento à outrance, sem dúvida precipitado.

E agora, repito? Teremos que esperar pela reunião formal do Conselho Europeu (que se realizará em 16 e 17 de Junho) e pela mensagem que então deverá ser dirigida aos europeus. Não vai ser directa nem clara, penso, dados a qualidade dos dirigentes que participam no Conclave, "o imbróglio", que criaram, com os seus adiamentos, hesitações e incapacidade e os constrangimentos negativos internos que têm vindo a surgir em cada um dos países membros. A Alemanha é um bom exemplo. A precária situação em que se encontra a coligação "Vermelha Verde", face a uma CDU vitoriosa e arrogante, não augura nada de bom.

Não vale a pena agora repetir os argumentos favoráveis ao sim e ao não. Ambos os lados congregaram forças contraditórias e inconciliáveis para votar de uma forma ou de outra. Mesmo que os referendos continuem. Como é o caso de Portugal onde a votação ocorrerá em Outubro, como estava determinado, e eu não tenho dúvidas de que será sim. Do mesmo modo acontecerá com as votações nos Parlamentos que ainda não se manifestaram. Contudo, importa reconhecer que o Tratado Constitucional está gravemente ferido e terá de ser, na melhor das hipóteses, renegociado. O que implica um adiamento grave no processo da construção europeia, de nefastas consequências. Sobretudo porque o mundo - e os Estados Emergentes, em especial - estão a avançar com uma velocidade tremenda e, muitas vezes, mal...

Preocupam-me, principalmente, os outros não da Esquerda socialista, verde, cristã, comunista, trotskista, alteromundialista (alguns esperados) e os votos, quase maciços contra, da juventude. Votaram contra o sistema (julgo), como forma de protesto pelo déficit democrático europeu, que é uma realidade, e contra os governos no poder, social e ecologicamente conservadores, mesmo que usem rótulos de esquerda. Muito resignados à globalização neo-liberal dominante e incapazes de defender, com coerência, projectos alternativos consistentes.

Nesse sentido, o não francês e holandês obriga todos os políticos europeus a reflectirem e a fazer o seu mea culpa. Se quiserem evitar, através de rupturas e opções sérias, de carácter reformista, as turbulências, de toda a natureza, que o voto não anuncia. Com as populações europeias, politicamente informadas e habituadas a pensar pela própria cabeça, organizadas em rede, não é fácil ignorar uma tal manifestação da vontade popular, que se pode extrapolar para muitos outros países, mesmo para aqueles que já votaram ou votarão sim...

O projecto europeu tem de - e deve - prosseguir. É o projecto político mais original e fecundo da história contemporânea. Não tem alternativa. Por ser um projecto de paz, voluntário, para as nações que o subscrevem, baseado no respeito mútuo e na igualdade dos Estados membros, de progresso social e de bem estar para as populações, com uma fundamental dimensão ecológica, de justiça social e de solidariedade. Não pode confundir-se com a expressão conjuntural

que lhe foi conferida pelo Tratado Constitucional, que aliás resultou do compromisso possível entre as grandes famílias políticas tradicionais europeias: socialistas, conservadores, liberais e verdes, deixando de fora os dois extremos opostos do leque político europeu.

Os europeus não devem esquecer que a União continua a exercer um imenso poder de atracção sobre os países que nos estão próximos e que querem entrar quanto antes, ao mesmo tempo que é uma referência insubstituível para todos os Continentes: África, América Latina, Ásia, Médio Oriente. Mesmo para a América. Como o livro do americano Jeremy Rifkin, "The European Dream: How Europe's Vision of the Future is Quietly Eclipsing The American Dream", ao longo das suas 563 páginas, abundantemente, comprova.

Os europeístas convictos, como eu, devem conjugar todos os seus esforços para vencer o eurocepticismo, tendo a consciência de que a União faz falta ao Mundo, imensa falta, visto ser um factor de equilíbrio fundamental no Mundo desregulado e tão perigoso em que vivemos.

É, por isso, essencial que o "imbróglio" criado pelos referendos que se opuseram ao Tratado Constitucional - e a tudo o que aí vem e ainda falta ver - possa ser superado rapidamente e que

a União avance, como considero ser absolutamente necessário que aconteça.

Lisboa, 12 de Junho de 2005